LIVRO DE QUESTÕES

INSS
TÉCNICO E ANALISTA

NOVA CONCURSOS

E X P E D I E N T E

Diretora editorial	**Juliana Pivotto**
Coordenação editorial	**Mari de Barros**
Revisão	**Equipe de Revisão Nova Concursos**
Projeto gráfico	**Equipe Nova Concursos**
Diagramação	**Joyce Matos**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

INSS / Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
296 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-01-6

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Instituto Nacional do Seguro Social (Brasil) - Concursos . Concursos - Problemas, questões, exercícios I. Branco, Zenaide Auxiliadora Pachegas

CDU 35.08(079.1)

18-0221

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à

NOVA CONCURSOS

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT002-A-19-INSS

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa 9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático 47
Informática 57
Direito Constitucional 85
Direito Administrativo 105
Direito Previdenciário 133
Legislação da Assistência Social 183
Ética no Serviço Público 211
Regime dos Servidores Públicos 235
Legislação Previdenciária 259

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp.

PONTUAÇÃO

1. (INSS – TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2003) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em seu discurso na reabertura do Congresso que o "vírus da inflação voltou a ser uma ameaça real". Em sua fala de 21 minutos aos senadores e deputados, o presidente alertou também para a piora do cenário econômico internacional e afirmou que o aperto fiscal de seu governo durará o "tempo necessário". Segundo Lula, "teremos tempos difíceis pela frente. O mundo entrou em um período de maiores incertezas".

Folha de S. Paulo, 18/2/2003, capa (Com adaptações.)

No texto, o uso de aspas serve para alertar o leitor de que as expressões destacadas têm duplo sentido.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2003)

Há 40 anos nos Estados Unidos da América (EUA), os gaúchos Cláudio e Lourdes aposentaram-se pelo sistema de previdência norte-americano e recebem do governo o chamado seguro social. Cláudio recebe US$ 900 por mês e Lourdes, US$ 450, benefícios que garantem as necessidades básicas.

Assim como o casal de brasileiros, 44 milhões de aposentados recebem um seguro social nos EUA. Para se aposentar, trabalhadores dos setores público e privado seguem basicamente as mesmas regras. O benefício é calculado de acordo com a contribuição do trabalhador ao longo da vida ativa. É preciso contribuir durante 35 anos, com 6,2% do salário.

A maioria dos trabalhadores se aposenta aos 62 anos. O valor médio do benefício mensal é de US$ 750.

Mas o que garante uma aposentadoria tranquila não é apenas o seguro social, explica um especialista em previdência. O norte-americano tem que ter suas próprias economias ou um fundo de pensão complementar.

Já na Inglaterra, se fosse uma trabalhadora qualquer, a rainha Elizabeth II, de 76 anos de idade, poderia estar aposentada há 16 anos. Em um país onde os chefes de Estado costumam permanecer no trono até a morte, as súditas têm o direito de se aposentar com 60 anos de vida. Os súditos, com 65 anos.

Funcionários públicos e trabalhadores comuns recebem 350 libras de pensão por mês, metade do salário mínimo na Inglaterra. Para ter direito a esse benefício, os britânicos descontam em média 10% do que recebem.

Além disso, todos são obrigados a pagar um plano de aposentadoria particular, para complementar a pensão que o Estado garante. O desconto médio é de 8% sobre os vencimentos. Assim fica assegurado um rendimento de metade do salário da ativa.

As vantagens da modernização do sistema todos os aposentados britânicos percebem. Quem não tem onde morar ganha casa do governo. Quando as pernas fraquejam, a condução da prefeitura leva os velhinhos para qualquer lugar. E, se já não der mais para sair de casa, um assistente social entrega comida na porta.

Internet: <http://jornalnacional.globo.com/semana>. Acesso em 22 fev. 2003. (Com adaptações.)

O sétimo parágrafo do texto pode ser reescrito da seguinte forma, mantendo-se correta a pontuação: As vantagens da modernização do sistema, todos os aposentados britânicos percebem: quem não tem onde morar, ganha casa do governo; quando as pernas fraquejam, a condução da prefeitura leva os velhinhos para qualquer lugar; e, se já não der mais para sair de casa, um assistente social entrega comida na porta.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010)

A Revolta da Vacina

O Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX, era ainda uma cidade de ruas estreitas e sujas, saneamento precário e foco de doenças como febre amarela, varíola, tuberculose e peste. Os navios estrangeiros faziam questão de anunciar que não pararíam no porto carioca e os imigrantes recém-chegados da Europa morriam às dezenas de doenças infecciosas.

Ao assumir a presidência da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves instituiu como meta governamental o saneamento e reurbanização da capital da República. Para assumir a frente das reformas, nomeou Francisco Pereira Passos para o governo municipal. Este, por sua vez, chamou os engenheiros Francisco Bicalho para a reforma do porto e Paulo de Frontin para as reformas no centro. Rodrigues Alves nomeou ainda o médico Oswaldo Cruz para o saneamento.

O Rio de Janeiro passou a sofrer profundas mudanças, com a derrubada de casarões e cortiços e o consequente despejo de seus moradores. A população apelidou o movimento de o "bota-abaixo". O objetivo era a abertura de grandes bulevares, largas e modernas avenidas com prédios de cinco ou seis andares.

Ao mesmo tempo, iniciava-se o programa de saneamento de Oswaldo Cruz. Para combater a peste, ele criou brigadas sanitárias que cruzavam a cidade espalhando raticidas, mandando remover o lixo e comprando ratos. Em seguida o alvo foram os mosquitos transmissores da febre amarela.

Finalmente, restava o combate à varíola. Autoritariamente, foi instituída a lei de vacinação obrigatória. A população, humilhada pelo poder público autoritário e violento, não acreditava na eficácia da vacina. Os pais de família rejeitavam a exposição das partes do corpo a agentes sanitários do governo.

A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito com o "bota-abaixo" e insuflado pela imprensa, se revoltasse. Durante uma semana, enfrentou as forças da polícia e do exército até ser reprimido com violência. O episódio transformou, no período de 10 a 16 de novembro de 1904, a recém-reconstruída cidade do Rio de Janeiro em uma praça de guerra, onde foram erguidas barricadas e ocorreram confrontos generalizados.

Internet: <www.ccs.saude.gov.br>. (Com adaptações.)

NOVA CONCURSOS

Mantém-se o sentido do texto e a correção gramatical caso se retire a vírgula que vem logo depois de "Este".

( ) CERTO ( ) ERRADO

Instrução: Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescritura do período "*A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito com o 'bota-abaixo' e insuflado pela imprensa, se revoltasse.*". Julgue-os quanto à correção gramatical e à coerência com as ideias do texto.

4. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) O fato de haver vacinação compulsória, foi apenas mais um dos elementos para que a população do Rio, insatisfeita com o "bota-abaixo" e insuflada pela imprensa, se revoltasse.

( ) CERTO ( ) ERRADO

5. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) O povo por estar insatisfeito com o "bota-abaixo" e influenciado pela imprensa se revoltou contra a vacina.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) A vacinação obrigatória foi o elemento essencial para que ocorresse a Revolta da Vacina, embora a população já estivesse muito insatisfeita com o "bota-abaixo" e sendo insuflada pela imprensa.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) O fato de a vacinação contra a varíola ser obrigatória levou o povo a se revoltar, embora houvesse outros motivos, tais como o "bota-abaixo", além da motivação da imprensa.

( ) CERTO ( ) ERRADO

8. (INSS – TÉCNICO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016)

Bibliotecas: Sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

Internet: <http://observatoriodaimprensa.com.br>. (Com adaptações.)

O sinal de dois-pontos empregado imediatamente após "*biblioteca*" introduz um termo de natureza explicativa.

( ) CERTO ( ) ERRADO

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

No texto, o uso de aspas serve para transcrever a fala do presidente, relatando o que realmente foi dito por ele O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em seu discurso na reabertura do Congresso que o "vírus da inflação voltou a ser uma ameaça real".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

As pontuações estão corretas.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Ao trecho: (...) *nomeou Francisco Pereira Passos para o governo municipal. Este, por sua vez, chamou os engenheiros Francisco Bicalho.* "Este" se refere a Francisco Passos, o qual nomeou outros. O termo "por sua vez" serve para explicar o que será descrito posteriormente, portanto deve estar entre vírgulas.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

Não deve haver vírgula após a palavra "compulsória"**,** um erro gramatical.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

A maneira correta quanto à pontuação é: "O povo**,** por estar insatisfeito com o 'bota-abaixo' e influenciado pela imprensa**,** se revoltou contra a vacina, e a vacina – por ser obrigatória – foi o estopim para a revolta".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

6.

Reescrita adequada tanto quanto ao sentido como gramaticalmente.

GABARITO OFICIAL: CERTO

7.

Reescrita adequada, gramatical e coerentemente.

GABARITO OFICIAL: CERTO

8.

Terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria**,** os dois pontos antecedem um termo explicativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO–
–MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Evelise Leiko Uyeda Akashi

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduanda em Matemática pelo Claretiano. Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

TEORIA DOS CONJUNTOS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha o campo designado com o código C caso julgue o item certo, ou com o código E, caso julgue o tem errado.

1. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Uma população de 1.000 pessoas acima de 60 anos de idade foi dividida nos seguintes dois grupos:

A: aqueles que já sofreram infarto (totalizando 400 pessoas).

B: aqueles que nunca sofreram infarto (totalizando 600 pessoas).

Cada uma das 400 pessoas do grupo A é diabética, fumante ou ambos (diabética e fumante).

A população do grupo B é constituída por três conjuntos de indivíduos: fumantes, ex-fumantes e pessoas que nunca fumaram (não fumantes).

Com base nessas informações, julgue o item subsecutivo.

Se, das pessoas do grupo A, 280 são fumantes e 195 são diabéticas, então 120 pessoas desse grupo são diabéticas e não são fumantes.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Se A, B e C forem conjuntos quaisquer tais que $A, B \subset C$, então $(C \setminus A) \cap (A \cup B) = C \cap B$.

( ) CERTO ( ) ERRADO

TAUTOLOGIA

3. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Com relação a lógica proposicional, julgue o item subsequente.

Considerando-se as proposições simples "Cláudio pratica esportes" e "Cláudio tem uma alimentação balanceada", é correto afirmar que a proposição "Cláudio pratica esportes ou ele não pratica esportes e não tem uma alimentação balanceada" é uma tautologia.

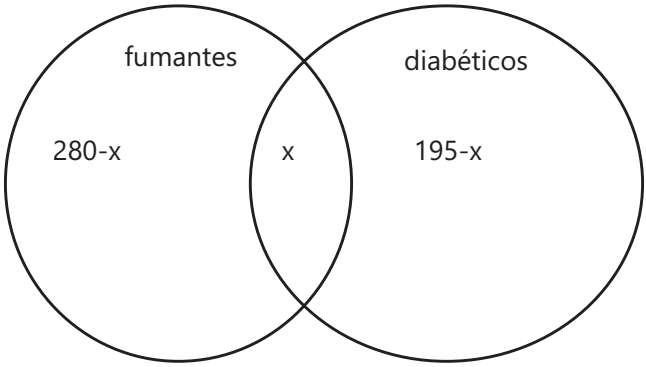
( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Para quaisquer proposições p e q, com valores lógicos quaisquer, a condicional $p \Rightarrow (q \Rightarrow p)$ será, sempre, uma tautologia.

( ) CERTO ( ) ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.



280 – x + x + 195 – x = 400
x = 75
Diabéticos: 195 – 75 = 120

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Vamos colocar valores para ser mais fácil.
A = {1, 2, 3}
B = {3, 4, 5}
C = {1, 2, 3, 4, 5, 6}
C – A = {4,5,6}
A∪B = {1,2,3,4,5}
(C \ A) ∩ (A ∪ B)={4,5}
C∩B={3,4,5}

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

p: Cláudio pratica esportes
q: Cláudio tem uma alimentação balanceada

(p∨~p)∧~q

P	~P	Q	~q	**p**∨~p	**(p**∨~p)∧~q
V	F	V	F	V	F
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	V	F
F	V	F	V	V	V

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NOVA CONCURSOS

4.

P	q	q→p	p→(q→p)
V	V	V	V
V	F	V	V
F	V	F	V
F	F	V	V

GABARITO OFICIAL: CERTO

NOVA CONCURSOS

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Carlos Alexandre Quiqueto

Graduado em Administração de Empresas e Sistema de Informação. Pós-graduando em Esp. Adm. TI. Administrador. Analista de Sistemas e Consultor em TI.

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha o campo designado com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou com o código **E**, caso julgue o item ERRADO.

1. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – SUPERIOR – CESPE – 2016) O próximo item, que aborda procedimentos de informática e conceitos de Internet e intranet, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

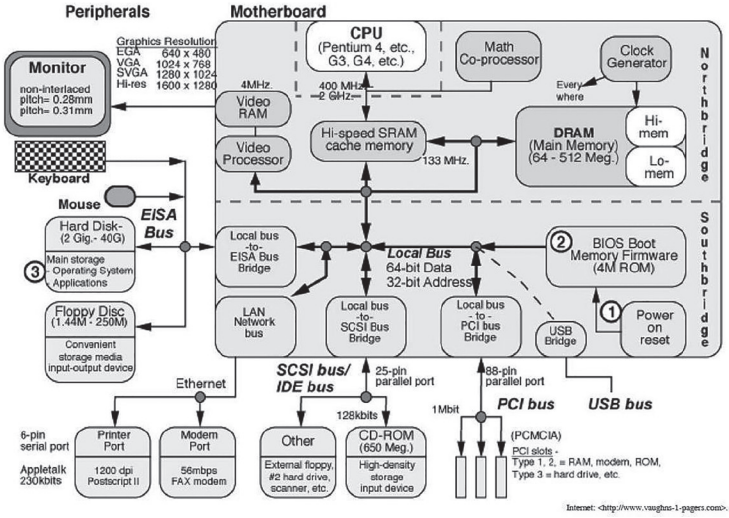
Ao iniciar seu dia de trabalho, Daniel se deparou com inúmeros aplicativos abertos em seu computador de trabalho, o que deixava sua máquina lenta e sujeita a travamentos frequentes. Ele constatou, ainda, que somente um desses aplicativos era necessário para a execução de suas atividades. Nessa situação, para melhorar o desempenho do seu computador, Daniel deve utilizar um aplicativo de antivírus instalado localmente, para eliminar os aplicativos que estiverem consumindo recursos além do normal.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – SUPERIOR – CESPE – 2008) Em uma placa-mãe de computador pessoal existem grupos de barramentos que são separados por processadores dedicados, denominados northbridge e southbridge, fazendo parte do chamado chipset da placa-mãe.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – SUPERIOR – CESPE – 2008)

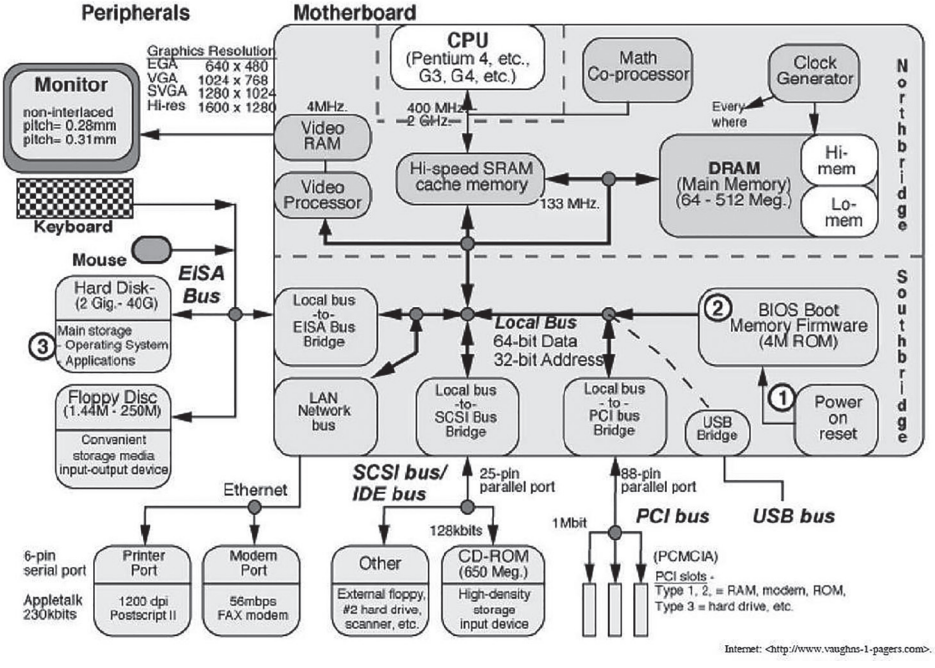


NOVA CONCURSOS

Entre a unidade central de processamento (CPU) e a memória RAM dinâmica, encontra-se uma memória cache do tipo estática, cuja latência no acesso aos dados armazenados é menor que a da memória RAM dinâmica.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – SUPERIOR – CESPE – 2008)



Considerando a figura acima, que apresenta um diagrama de blocos da arquitetura de um computador pessoal, julgue os itens subsequentes acerca de conceitos de informática.

Os modelos atuais de processadores Pentium não possuem internamente um coprocessador matemático em seu interior.

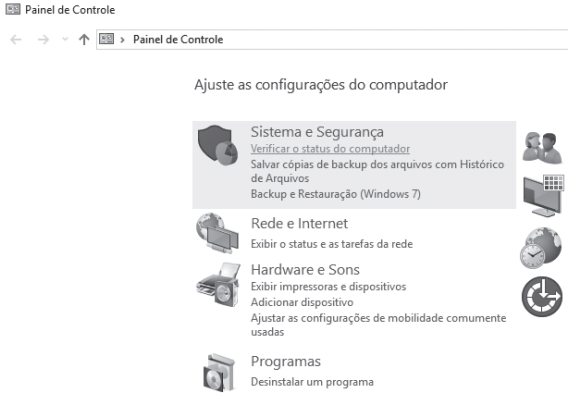
( ) CERTO ( ) ERRADO

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

O termo "deve" condiciona como único meio de se livrar de aplicativos inúteis a presença de um antivírus instalado no computador. Podemos, por exemplo, eliminar ou desinstalar um aplicativo por meio do Painel de Controle>Programas>-Desinstalar um Programa ou até mesmo pela função de desinstalação presente na maioria dos aplicativos.



GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Um Chipset é o nome dado ao conjunto de chips (ou circuitos integrados) utilizado na placa-mãe e cuja função é realizar diversas funções de hardware, como controle dos barramentos (PCI, AGP e o antigo ISA), controle e acesso à memória, controle da interface IDE e USB, Timer, controle dos sinais de interrupção IRQ e DMA, entre outras.

Atualmente, a maioria dos Chipsets é formada por dois chips principais, conhecidos como North Bridge e South Bridge. O North Bridge (Ponte Norte) ligado diretamente ao processador e cujas funções são o acesso às memórias e aos barramentos AGP e PCI e a comunicação com o South Bridge.

O South Bridge (Ponte Sul) que controla as interfaces IDE, USB. No South Bridge também está a conexão com a BIOS e o chip responsável pelas interfaces de mouse e teclado, interfaces seriais, paralelas, e interface para drive de disquete.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Primeiramente, latência representa o tempo que se demora para acessar os dados. Memória cache é uma pequena quantidade de memória estática de alto desempenho, tendo por finalidade aumentar o desempenho do processador realizando uma busca antecipada na memória RAM.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

O processador é composto por:

– Unidade de controle (UC);

– Unidade lógica e aritmética (ULA);

– Registradores;

A unidade lógica e aritmética (ULA) assume todas as tarefas relacionadas às operações lógicas (and, or, not, etc.) e aritméticas (adições, subtrações, ...).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NOVA CONCURSOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

DIREITOS SOCIAIS

1. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Julgue o item a seguir, que se referem aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF e à administração pública.

Recentemente, o transporte foi incluído no rol de direitos sociais previstos na CF, que já contemplavam entre outros, o direito à saúde, ao trabalho, à moradia e à previdência social, bem como a assistência aos desamparados.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

O artigo da CF que prevê os direitos sociais, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1.948, ainda que represente uma conquista, deixou de contemplar o direito básico à moradia ao cidadão brasileiro.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – ANALISTA – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FUNRIO – 2014) Observe as cinco indicações seguintes, que se referem aos direitos sociais, nos termos da Constituição Federal.

I – Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
II – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
III – Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
IV – Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;
V – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.

Quantas dessas indicações estão corretas?

a) Apenas as três primeiras;
b) Apenas as três intermediárias;
c) Apenas as três últimas;
d) Apenas as três ímpares;
e) Todas estão corretas;

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

É a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Conforme pode ser verificado no art. 6º, da CF, que prevê expressamente que: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Dica: Edu mora lá (educação, moradia e lazer), Saú trabalha ali (saúde, transporte e trabalho e alimentação) e Assis prossegue preso (assistência aos desamparados, proteção a maternidade e infância e previdência social). E a segurança (basta lembrar do preso).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

I – Verdadeiro – Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Certo. Artigo 7°, VI/CF: "irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo".

II – Verdadeiro – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Certo. Artigo 7°, XXII, da CF: "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

III – Verdadeiro – Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Certo. Artigo 7°, XXIII, da CF: "adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei".

IV – Falso – Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Errado. Artigo 7°, XXXIII, da CF: "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

V – Falso – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas. Errado. Artigo 7°, XXV, da CF: "assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas"

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa "Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação". Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário "Eurípides Soares da Rocha" – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas "Saber Direito" e "Direito sem Fronteiras", na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Segundo a Escola Legalista, o direito administrativo pode ser conceituado como o conjunto de leis administrativas vigentes em determinado país, em dado momento.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

O sistema administrativo ampara-se, basicamente, nos princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público pela administração.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

A jurisprudência não é fonte de direito administrativo.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Povo, território e governo soberano são elementos do Estado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

5. (INSS – ENGENHEIRO CIVIL – CESPE – 2010) Com relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

Apenas a lei em sentido lato, pode ser tida como fonte de direito administrativo.

( ) CERTO ( ) ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Pelo critério legalista, considera-se o direito administrativo como disciplina jurídica responsável pelo estudo das normas administrativas – leis, decretos, regulamentos – de um determinado país. O critério é considerado pela doutrina simplista e não traduz a relevância dos princípios para a compreensão e aplicação do direito administrativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Formam a base do sistema administrativo os princípios que justificam a sua própria existência. Considerando que o direito administrativo se volta às peculiaridades dos interesses que cercam a atuação estatal, sua base está nos princípios que justificam a limitação do interesse particular pelo interesse público (supremacia do interesse público sobre o particular) e a impossibilidade de se dispor do interesse público pela sua própria natureza imprescindível (indisponibilidade do interesse público pela administração).

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

A jurisprudência é fonte indireta do direito administrativo, pois representa o entendimento dos Tribunais acerca de sua fonte primária e direta, formada pelas leis e pala Constituição.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4.

O Estado é uma pessoa jurídica de direito público que é formada por três elementos: povo, território e governo soberano. O povo é o elemento humano; o território é a base física; o governo soberano representa a gestão autônoma do povo em determinado território, caracterizando-se pela não submissão a nenhum outro governo e pelo exercício do poder emanado do povo com características de autodeterminação e auto-organização.

GABARITO OFICIAL: CERTO

5.

A lei é sim fonte do direito administrativo, em verdade, ao lado da CF, é sua fonte primária e direta. Contudo, existem fontes secundárias e indiretas, como a doutrina, a jurisprudência, os costumes e os princípios gerais do direito.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada. Consultora jurídica.

PENSÃO POR MORTE

1. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

O direito à pensão por morte é assegurado ao cônjuge ou companheiro(a) somente se, no momento do óbito, houver casamento ou união estável por, no mínimo, cinco anos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC – 2012) João fora casado com Maria, com quem teve dois filhos, Artur e Lia de 6 e 8 anos respectivamente, na data do óbito de João, ocorrido em 2011. Maria já fora casada com Márcio, de quem teve uma filha, Rosa, de 10 anos, que era mantida por João, porque Márcio não tivera condições de prover seu sustento. O falecido ajudava financeiramente, também, sua mãe, Sebastiana e seu irmão, Antônio que era inválido. Nessa situação, a pensão por morte de João será concedida a:

a) Artur, Lia, Maria e Rosa
b) Artur, Lia, Maria, Rosa e Sebastiana.
c) Artur, Lia, Rosa e Sebastiana.
d) Artur, Lia e Sebastiana.
e) Artur, Lia, Sebastiana e Antônio.

3. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – FCC – 2012) Cecília filiou-se pela primeira vez à Previdência Social na qualidade de segurada empregada em razão de contrato de trabalho firmado com a empresa Alfa Comunicações. Após 11 (onze) meses de labor, Cecília pediu demissão para cursar pós-graduação no exterior, com duração de 3 (três) anos. Durante o curso Cecília não contribuiu para a Previdência Social. Um mês antes do término do curso, Cecília veio a falecer. Passados 2 (dois) anos do óbito de Cecília, seu marido Joaquim requereu administrativamente o benefício da pensão por morte, sendo indeferido o seu pedido. Neste caso, o indeferimento do benefício da pensão por morte se justifica em razão de que:

a) apenas a esposa pode postular o benefício da pensão por morte do marido.
b) Cecília já havia perdido a qualidade de segurada antes da solicitação do benefício.
c) Joaquim não era segurado do Regime Geral da Previdência Social.
d) Joaquim não comprovou a sua dependência econômica em relação à Cecília.
e) não foi cumprido o período de carência previsto em lei para ser concedido o benefício da pensão por morte.

4. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC – 2012) João fora casado com Maria, com quem teve três filhos, João Junior, de 22 anos e universitário; Marília, com 18 anos e Renato com 16 anos, na data do óbito de João, ocorrido em dezembro de 2011. João se divorciara de Maria que renunciou ao direito a alimentos para si. Posteriormente, João veio a contrair novas núpcias com Norma, com quem manteve união estável até a data de seu óbito. Norma possui uma filha, Miriam, que mora com a mãe e foi por João sustentada. Nessa situação, são dependentes de João, segundo a legislação previdenciária:

a) João Junior, Marília e Renato.
b) João Junior, Maria, Marília, Renato e Norma.
c) Marília, Renato, Miriam e Norma.
d) Maria, João Junior, Marília, Renato e Norma.
e) João Junior, Marília, Renato, Maria, Norma e Miriam.

5. (INSS – PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO – CESPE – 2010) A respeito dos benefícios e serviços mantidos pelo INSS, julgue os itens que se seguem. Prevalece no STJ o entendimento de que a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito a pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente.

( ) CERTO ( ) ERRADO

SEGURIDADE SOCIAL

6. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Com base no disposto no Decreto nº 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Aldo e Sandra são casados e pais de três crianças. Sandra é servidora pública efetiva de determinada fundação pública vinculada ao governo federal, e Aldo, que não é concursado, ocupa um cargo em comissão em um órgão público federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, referentes à seguridade social do servidor público.

Com base na universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social, Aldo terá direito aos mesmos benefícios de plano de seguridade social e de assistência à saúde garantidos a Sandra.

( ) CERTO ( ) ERRADO

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

De acordo com o art. 77, V, da Lei nº 8.213/1991 não há exigência de que o casamento ou união estável tenha a duração mínima de cinco anos. Ao contrário, a alínea "*c*" do citado artigo, ao estabelecer uma das hipóteses de concessão da pensão por morte, exige apenas 18 (dezoito) contribuições mensais e o mínimo de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Em *"a"*, Artur, Lia, Maria e Rosa se enquadram como dependentes do segurado, respectivamente como: filhos menores de 21 (vinte e um) anos e não emancipados, cônjuge e enteada equiparada à filha, conforme estabelece o art. 16, I e § 2º da Lei nº 8.213/1991.

Em *"b"*, não obstante os pais encontrarem-se no rol de dependentes do segurado previsto no art. 16, II, da Lei nº 8.213/1991, é certo que, prescreve o § 1º do citado artigo que: "A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes", logo Sebastiana, mãe do falecido não possui direito à pensão por morte.

Em *"c"* e *"d"*, vide comentários letra "*a*" e "*b*".

Em *"e"*, apesar de Antônio também se enquadrar no rol de dependentes do segurado (art. 16, III), aplica-se neste caso o § 1º, do art. 16, da Lei nº 8.213/1991. Ademais, vide comentário letra "*a*" e "*b*".

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em *"a"*, não há tal distinção na legislação previdenciária. Destaca-se, neste sentido, o princípio constitucional da igualdade (art. 5º, I, da CF).

Em *"b"*, tendo em vista que Cecília ficou 03 (três) anos sem contribuir para a Previdência Social, é certo que deixou de possuir a qualidade de segurada. Da mesma forma, à época do requerimento do benefício de pensão por morte o período de graça também já havia cessado (art. 15, II d,a Lei nº 8.213/1991).

Em *"c"*, a legislação previdenciária não exige tal requisito para o benefício em questão.

Em *"d"*, trata-se o cônjuge de dependente presumido, art. 16, § 4º, da Lei nº 8.213/1991.

Em *"e"*, o benefício da pensão por morte independe do período de carência, art. 26, I, da Lei nº 8.213/1991.

GABARITO OFICIAL: B

4.

Em *"a"*, João Junior não se adequa ao quesito de filho dependente, visto que já possui mais de 21 anos de idade, não é inválido ou deficiente mental (art. 16, I, da Lei nº 8.213/1991).

NOVA CONCURSOS

Em *"b"*, Maria também não se enquadra como dependente, visto que se divorciou do segurado renunciando a pensão alimentícia.

Em *"c"*, Marília, Renato, Miriam e Norma são dependentes presumidos do segurado na condição de filhos menores de 21 anos, enteada equiparada à filha e companheira, art. 16, I, § § 2º e 3º, da Lei nº 8.213/1991.

Em *"d"* e *"e"*, vide comentários anteriores.

GABARITO OFICIAL: C

5.

A assertiva encontra-se de acordo com a Súmula nº 336, do STJ.

GABARITO OFICIAL: CERTO

6.

É o que dispõe o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 3.048/1999.

GABARITO OFICIAL: CERTO

7.

Os direitos de Aldo não são iguais aos direitos garantidos à Sandra. Isto, porque, Sandra por ser servidora pública federal possui regime próprio de previdência social. Contudo, Aldo, enquadra-se no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme prescreve o art. 183, § 1º da Lei nº 8.112/90 "O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NOVA CONCURSOS

LEGISLAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sobre a Autora

Ana Maria Barbosa Quiqueto

Assistente Social. Professora universitária e pesquisadora em Assuntos Educacionais. Aluna ouvinte do Programa de Doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). Assistente social na Prefeitura Municipal de Arco-Íris, no segmento Gestão de Políticas Públicas Sociais. Professora de graduação e pós-graduação na Universidade Paulista (UNIP). Pesquisadora e membro do Comitê Científico de Pesquisa da Revista Espanhola Iberoamérica Social: *Revista-red de estudios sociales* (ISSN: 2341-0485). Escritora de assuntos socioassistenciais e educacionais, mais especificamente na área acadêmica e elaboração de materiais para concursos públicos nos diversos tipos de escolaridade.

ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Julgue o próximo item com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica, ações de proteção social secundária e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Julgue o próximo item com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

A política de assistência social tem como objetivos, entre outros, a promoção da integração do cidadão ao mercado de trabalho e o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Julgue o próximo item com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

O centro de referência especializado de assistência social (CREAS) constitui unidade que presta serviços a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal ou social decorrente de violação de direitos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Julgue o próximo item com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base estadual e tem por finalidade atender a população de baixa renda e as pessoas que estejam submetidas ao cumprimento de pena de reclusão.

( ) CERTO ( ) ERRADO

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

5. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.

Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias deliberativas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.

Compete ao CNAS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada quatro anos, a conferência nacional de assistência social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – MÉDIO – CESPE – 2016) Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.

O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo (a) ministro (a) da previdência social e por um representante eleito da sociedade civil, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

( ) CERTO ( ) ERRADO

FUNDAMENTOS HISTÓRIOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

8. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – SUPERIOR – CESPE – 2016) Acerca do serviço social como profissão, julgue o item seguinte.

No Brasil, a institucionalização do serviço social como profissão foi provocada pela progressiva intervenção de entidades religiosas no processo de regulação social, quando as manifestações da questão social foram alçadas a objeto de políticas sociais.

( ) CERTO ( ) ERRADO

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

De acordo com a Lei .8742:

Art. 6º -A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

I – Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II – Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica, ações de proteção social de média e ações de proteção social de alta complexidade, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Lei 8742:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

I – A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).
b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).
c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).
d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).
e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

Lei 8742:

Art. 6° C (...);

NOVA CONCURSOS

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Lei 8.742:

Art. 6° C (...);

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5.

Lei 8.742:

Art. 16. As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

I – O Conselho Nacional de Assistência Social;

II – Os Conselhos Estaduais de Assistência Social;

III – O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

IV – Os Conselhos Municipais de Assistência Social.

GABARITO OFICIAL: CERTO

6.

Lei 8.742:

Art. 18. Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social:

I – Aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

VI – A partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

GABARITO OFICIAL: CERTO

7.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de um ano, permitida uma única recondução por igual período. Ele é composto por dezoito membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da administração pública federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, PNAS, de acordo com os critérios seguintes:

I – Nove representantes governamentais, incluindo um representante dos estados e um dos municípios;

II – Nove representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NOVA CONCURSOS

8.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. (YAZBEK, 2009).

Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf>.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NOVA CONCURSOS

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa "Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação". Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário "Eurípides Soares da Rocha" – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas "Saber Direito" e "Direito sem Fronteiras", na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

DECRETO Nº 1.171/1994

1. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Bruno, servidor contratado temporariamente para prestar serviços a determinado órgão público federal, praticou conduta vedada aos servidores públicos pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir à luz do disposto nos Decretos nº 1.171/1994 e nº 6.029/2007.

Se, para a infração praticada por Bruno, estiverem previstas as penalidades de advertência ou suspensão, a comissão de ética será competente para, após o regular procedimento, aplicar diretamente a penalidade.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Bruno, servidor contratado temporariamente para prestar serviços a determinado órgão público federal, praticou conduta vedada aos servidores públicos pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir à luz do disposto nos Decretos nº 1.171/1994 e nº 6.029/2007.

Mesmo prestando serviço de natureza temporária, Bruno está sujeito às disposições contidas no Decreto nº 1.171/1994.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Acerca do disposto nos Decretos nº 1.171/1994 e nº 6.029/2007, julgue o item subsequente.

Embora deva respeitar a hierarquia, o servidor público está obrigado a representar contra ações manifestamente ilegais de seus superiores hierárquicos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – ANALISTA – DIREITO – FUNRIO – 2014) Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, constitui vedação ao servidor público:

a) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
b) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética de sua profissão.
d) conservar limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
e) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

Mesmo que Bruno seja servidor temporário, não muda o fato de a Comissão de Ética apenas poder aplicar a pena de censura nos termos do Decreto nº 1.171/1994, XXII: "A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso". Sendo assim, a Comissão não pode aplicar nem a pena de advertência e nem a pena de suspensão.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Define o Decreto nº 1.171/1994, XXIV: "Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado". Sendo assim, Bruno que presta serviço de natureza temporária, é considerado servidor público para os fins do Decreto nº 1.171/1994 e se sujeita à normativa.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3.

O Decreto nº 1.171/1994, XIV, enumera os deveres fundamentais do servidor público, dentre eles: "[...] h) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las; [...]". Sendo assim, o dever de obediência à hierarquia não exclui o dever de representação contra atos ilegais dos superiores hierárquicos.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Em "*a*": Errado – É dever, não vedação (XIV, *q*, Decreto nº 1.171/1994).
Em "*b*": Errado – É dever, não vedação (XIV, *f*, Decreto nº 1.171/1994).
Em "*c*": Certo – Nos termos do inciso XV, *c*, do Decreto nº 1.171/1994, "é vedado ao servidor público: [...] c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão".
Em "*d*": Errado – É dever, não vedação (XIV, *n*, Decreto nº 1.171/1994).
Em "*e*": Errado – É dever, não vedação (XIV, *j*, Decreto nº 1.171/1994).

GABARITO OFICIAL: C

NOVA CONCURSOS

REGIME DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa "Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação". Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário "Eurípides Soares da Rocha" – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas "Saber Direito" e "Direito sem Fronteiras", na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

LEI Nº 8.112/1990 – REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Aldo e Sandra são casados e pais de três crianças. Sandra é servidora pública efetiva de determinada fundação pública vinculada ao governo federal, e Aldo, que não é concursado, ocupa um cargo em comissão em um órgão público federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, referentes à seguridade social do servidor público.

Os filhos de Aldo e Sandra, como dependentes de servidor público, têm direito aos seguintes benefícios do plano de seguridade social: pensão, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência à saúde.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Aldo e Sandra são casados e pais de três crianças. Sandra é servidora pública efetiva de determinada fundação pública vinculada ao governo federal, e Aldo, que não é concursado, ocupa um cargo em comissão em um órgão público federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, referentes à seguridade social do servidor público.

Com base na universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social, Aldo terá direito aos mesmos benefícios de plano de seguridade social e de assistência à saúde garantidos a Sandra.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (INSS – ANALISTA DO SEGURO SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016) Com base no disposto no Decreto nº 6.029/2007 e na Lei nº 8.112/1990, julgue o item subsequente, que versam sobre direitos e deveres de servidores públicos.

É proibido ao servidor público atuar como intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue o item seguinte à luz do disposto na Lei nº 8.112/1990.

É correto inferir que houve interesse da administração na remoção do servidor, pois esse é um dos requisitos para sua concessão.

( ) CERTO ( ) ERRADO

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

A Lei nº 8.112/1990 disciplina em seu art. 185, II, que "os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem: [...] II – quanto ao dependente: a) pensão vitalícia e temporária; b) auxílio-funeral; c) auxílio-reclusão; d) assistência à saúde".

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Como é servidor de cargo em comissão, Aldo se sujeita ao regime geral de previdência social, não possuindo os mesmos benefícios assegurados a Sandra pela Lei nº 8.112/1990.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

A vedação está prevista no art. 117, XI, da Lei nº 8.112/1990: "ao servidor é proibido: [...] XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro".

GABARITO OFICIAL: CERTO

4.

Sobre a remoção, prevê o art. 36, da Lei nº 8.112/1990: "Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção: I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados". Considerando que a servidora foi removida de ofício no interesse da administração (hipótese do inciso I), surge para o servidor que é seu cônjuge o direito de também ser removido (hipótese do inciso III, "*a*"), caso em que não haverá discricionariedade da administração, que deverá deferir o pedido.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada. Consultora jurídica.

SEGURIDADE SOCIAL

1. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Com relação ao conteúdo e à autonomia da legislação previdenciária, julgue o item abaixo.

Lei complementar editada pela União poderá autorizar os estados e o DF a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (INSS – ANALISTA – FUNRIO – 2014) Considera-se segurado obrigatório da Previdência Social, nos termos da Lei 8213/91:

a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
b) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil não é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
c) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, com relação de emprego.
d) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde mesmo que vinculado a regime próprio de previdência social.
e) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sem subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.

3. (INSS – ANALISTA – FUNRIO – 2009) Com relação à manutenção da qualidade de segurado, independentemente de contribuições, na forma da Lei nº 8213/91, é correto afirmar:

a) mantém-se a condição de segurado até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
b) mantém-se a condição de segurado até 10 (dez) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
c) mantém-se a condição de segurado até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
d) mantém-se a condição de segurado até 24 (vinte e quatro) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
e) mantém-se a condição de segurado até 3 (três) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

4. (INSS – ANALISTA – FUNRIO – 2009) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho para efeitos da Lei:

a) a inerente ao grupo etário.
b) a que não produz incapacidade laborativa.
c) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
e) a doença degenerativa.

5. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – CESPE – 2016) Com base no disposto no Decreto nº 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC – 2012) É correto afirmar que a Seguridade Social compreende:

a) a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.
b) a Assistência Social, o Trabalho e a Saúde.
c) o Sistema Tributário, o Lazer e a Previdência Social.
d) a Educação, a Previdência Social e a Assistência Social.
e) a Cultura, a Previdência Social e a Saúde.

7. (INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL – FCC – 2012) No tocante à Previdência Social, é correto afirmar que:

a) é organizada sob a forma de regime especial e observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro.
b) é descentralizada, de caráter facultativo.
c) tem caráter complementar e autônomo.
d) baseia-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
e) é contributiva, de caráter obrigatório.

NOVA CONCURSOS

GABARITO COMENTADO

1.

Conforme o art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXIII - seguridade social. Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Em "*a*", trata-se de Contribuinte Individual na condição de "Ministro de confissão religiosa".
Em "*b*", o Brasil deve ser membro.
Em "*c*", trabalhador AVULSO, prestar serviço SEM vínculo empregatício com intermédio do OGMO ou Sindicato.
Em "*d*", somente se não tiver no regime próprio.
Em "*e*", inclusive como diretor.

GABARITO OFICIAL: A

3.

Conforme o art. 15, da Lei nº 8213: Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Conforme a Lei nº 8213/1991, art. 21, IV, o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa; b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito. Atenção! A alternativa "*c*" é doença de trabalho e não acidente.

GABARITO OFICIAL: D

5.

Decreto nº 3.048/1999: art. 1º. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. A seguridade social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes: I - Universalidade da cobertura e do atendimento.

GABARITO OFICIAL: CERTO

6.

Macete:
P revidência social
A ssistência social
S aúde

GABARITO OFICIAL: A

NOVA CONCURSOS

7.

Em concordância com o art. 201, da CF: A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei.

GABARITO OFICIAL: E

NOVA CONCURSOS